

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS CONTOS “VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM” E “SOBRE A NATUREZA DO HOMEM”, DE BERNARDO KUCINSKI

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE SHORT STORIES “VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM” AND “SOBRE A NATUREZA DO HOMEM” BY BERNARDO KUCINSKI

André Rezende Benatti¹

Keren Costa Vargas dos Santos²

RESUMO

Discutir e refletir sobre violência se torna cada vez mais importante, principalmente violência contra as mulheres, portanto o presente trabalho analisa dois contos de Bernardo Kucinski, que estão presentes na coletânea de contos *Você vai voltar pra mim* (2014), intitulados como “Sobre a natureza do homem” e “Você vai voltar pra mim”, nos quais ambas as personagens são femininas e sofrem de violência em meio ao período ditatorial brasileiro. O artigo tem como objetivo analisar as nuances dessas violências a partir de alguns pensamentos críticos e teóricos, tais como As formas de violência (2011) de Xavier Crettiez, “O narrador na literatura brasileira contemporânea” (2012) de Jaime Ginzburg e A dominação masculina (2012) de Pierre Bourdieu. Com o objetivo de analisar e discutir como e de que forma a violência se consolida nos contos mencionados acima.

Palavras-chave: violência contra a mulher, ditadura militar, conto, Bernardo Kucinski

ABSTRACT

Discussing and reflecting on violence, especially violence against women, has become increasingly important. This paper analyzes two short stories by Bernardo Kucinski, included in the collection *Você Vai Voltar pra Mim* (2014): “Sobre a Natureza do Homem” and “Você Vai Voltar pra Mim”. In both narratives, the female protagonists experience violence during the Brazilian dictatorship. The study aims to examine the nuances of these acts of violence through the lens of critical and theoretical perspectives, such as *As Formas de Violência* (2011) by Xavier Crettiez, *O Narrador na Literatura Brasileira Contemporânea* (2012) by Jaime Ginzburg, and *A Dominação Masculina* (2012) by Pierre Bourdieu. The research seeks to analyze and discuss how violence is portrayed and consolidated in these short stories.

¹ Doutor em Letras Neolatinas: estudos literários hispânicos, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Membro do GT Relações Literárias Interamericanas da ANPOLL. E-mail: [andré_benatti29@hotmail.com](mailto:andre_benatti29@hotmail.com)

² Mestranda em Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: kerencosta20@gmail.com

Keywords: violence against women, military dictatorship, short story, Bernardo Kucinski

1 Introdução

Bernardo Kucinski é um escritor e jornalista brasileiro cuja vida e obra estão profundamente entrelaçadas com os eventos históricos e políticos do Brasil, especialmente o regime ditatorial militar (1964-1985). Sua produção literária representa sua própria experiência pessoal, marcada pela perseguição política, pela dor da perda e pela luta por memória e justiça. A ditadura militar brasileira teve um impacto devastador na vida de Kucinski. Sua irmã, Ana Rosa Kucinski — militante política, professora da USP e desaparecida durante a ditadura — foi sequestrada pelo regime em 1974. A tragédia pessoal marcou profundamente sua trajetória e inspirou uma de suas obras mais conhecidas, *K. – relato de uma busca*, publicado em 2011, um romance que ficcionaliza a busca de um pai por sua filha desaparecida. A obra denuncia o terror do regime militar e testemunha a pungente violência de Estado.

Como jornalista, Kucinski também viveu sob constante vigilância durante o regime, o que influenciou seu olhar crítico em relação à censura, ao autoritarismo e à repressão política. Nos anos posteriores à ditadura, Kucinski manteve um engajamento ativo com os ideais de justiça social e democracia. O Autor sempre manteve um olhar analítico, apontando as contradições e desafios enfrentados por essas administrações. A Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), criada para investigar os crimes da ditadura, foi uma iniciativa que ressoou diretamente com a luta de Kucinski por memória e reparação dos perseguidos pela ditadura brasileira. A busca pelos fatos sobre o desaparecimento de sua irmã e de tantos outros brasileiros é uma constante em sua obra e em sua vida.

O autor dos livros : *K. - Relato de uma Busca* (2011), um romance sobre a busca de um pai por sua filha desaparecida durante a ditadura militar; *Você Vai Voltar pra Mim e Outros Contos* (2014), uma coletânea de contos que abordam as marcas emocionais da repressão política; *Alice: Não Mais que de Repente* (2014), que reflete sobre relações humanas e mudanças sociais; *Os Visitantes* (2016), sobre memória e os fantasmas do passado e que retoma diretamente o primeiro romance do autor; *Pretérito Imperfeito* (2017), revisitando eventos históricos marcantes do Brasil; *A Nova Ordem* (2019), um romance distópico que alerta sobre os perigos do autoritarismo; *Júlia: Nos Campos*

Conflagrados do Senhor (2020), que retrata uma mulher enfrentando conflitos sociais e políticos; e *A Cicatriz e Outras Histórias* (2021), uma coletânea de contos sobre temas como a ditadura militar e o judaísmo, neste livro Kucinski retoma diversos contos publicados, por exemplo, em *Você vai voltar pra mim* (2014).

As mulheres ocupam um lugar central na literatura de Kucinski, tanto nos contos quanto nos romances, muitas vezes representando as vítimas diretas da opressão política e patriarcal. Em *K. – Relato de uma busca*, a figura de Ana Rosa (inspirada em sua irmã) é reconstruída como uma mulher intelectual, independente e politicamente engajada. Sua ausência no texto ressoa de maneira muito forte ao resgatar a humanidade da personagem diante da violência do apagamento. Em outras obras as mulheres aparecem não como vítimas, mas como símbolos de resistência e memória. O autor aborda as nuances das experiências femininas sob repressão, explorando os impactos emocionais e psicológicos da violência, da perda e do luto. Suas personagens femininas são, muitas vezes, facetas de uma sociedade que precisa confrontar seu passado para avançar.

Em *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), Bernardo Kucinski apresenta uma coletânea de contos ambientados no cenário da ditadura militar brasileira, desenvolvendo uma narrativa tensa ao ficcionalizar um momento histórico cruel, áspero e violento de nossa história recente. Na coletânea os contos são apresentados de forma muito diversa, sem deixar, contudo, a base já largamente reconhecida da forma, “um conto sempre conta duas histórias” (2004, p.89).

Este artigo analisa dois contos que estão presentes na coletânea *Você vai voltar pra mim* (2014), o primeiro intitulado “Sobre a natureza do homem” e o segundo, homônimo, “Você vai voltar pra mim”. Ambos os contos possuem nuances e consequências das violências vivenciadas por personagens femininas. O primeiro conto a história se desenvolve a partir de um sobrevivente da ditadura que procura por notícias de uma colega da faculdade que foi presa junto com ele, seu objetivo é informar que ela poderá receber uma indenização do governo, porém ao tentar contatá-la ele recebe notícias impactantes sobre a sobrevivência dessa colega. No segundo conto, narra a história de uma personagem que foi submetida a um julgamento e no dia da audiência recebe um aviso de seu torturador que não importa o que aconteça, ela irá voltar para o mesmo lugar.

2. As violências em “Sobre a natureza do homem” e “Você vai voltar pra mim”

“Sobre a natureza do homem” é um conto curto que começa com uma ligação, a primeira frase do conto se delimita a “– É da casa da Imaculata?” (Kucinski, 2014, p.43), não é possível saber quem é Imaculata e nem quem a está procurando, a narrativa desenvolve tais informações a partir da conversa que se desenrola ao telefone. Ao ler o conto., o leitor descobre, aos poucos, que quem está ligando é Rui, um colega de faculdade de Imaculata. Ele deseja informá-la que está acabando o prazo para pedir indenização relacionado a prisão dos dois na época da ditadura.

Rui, narrador e ex-presos político, tenta reconstruir sua vida enquanto carrega as memórias do período de clandestinidade e prisão. Sua tentativa de contatar Maria Imaculata para ajudá-la a solicitar uma indenização pelo que sofreu torna-se o ponto de partida para reflexões sobre o passado. Na faculdade, Rui e Imaculata se conectaram por meio de conversas sobre temas como literatura e filosofia. Imaculata participava de atividades políticas e demonstrava interesse em questões sociais, o que a aproximou de Rui, militante de um grupo de ação armada. A convivência entre os dois é marcada por trocas intelectuais, interrompidas quando Imaculata se torna alvo da repressão devido à vigilância sobre Rui. Imaculata é presa e submetida a torturas físicas e psicológicas, o que altera de forma significativa seu comportamento. Após a prisão, ela demonstra dificuldade em se recuperar e entra em um processo de isolamento.

O advogado que relata os eventos a Rui descreve o período posterior à prisão de Imaculata. Sua internação em um hospital psiquiátrico resulta em novos abusos, levando a uma gravidez e a um estado mental deteriorado. Imaculata, após a experiência traumática da prisão durante a ditadura, revela-se incapaz de se reintegrar plenamente à vida em liberdade. O cotidiano, antes familiar, torna-se um espaço de estranhamento, marcado pelo silêncio, pelo isolamento e por uma sensação persistente de deslocamento. As marcas da violência e da repressão não se apagam com a soltura: elas se instalam na subjetividade da personagem, afetando sua capacidade de reconstruir laços sociais e retomar antigos projetos. Em contraste, Rui, ainda que igualmente afetado pela prisão e pelas memórias do regime, consegue reconstruir sua rotina e reinserir-se no mundo. Ele representa uma forma de resistência silenciosa, uma tentativa de seguir adiante apesar do passado. A diferença entre os dois evidencia como os efeitos da violência política e da tortura operam de maneira desigual sobre os corpos e as subjetividades: enquanto Rui canaliza o trauma em uma ação prática — buscar a reparação pelo meio legal —,

Imaculata permanece aprisionada internamente, revelando os limites da justiça formal diante das feridas subjetivas deixadas pelo autoritarismo.

Foi quando reencontrei Imaculata na cadeia, muito machucada. Ela passava horas imóvel, sentada, de olhos fixos na parede à sua frente. As companheiras a conduziam ao pátio, de volta ao corredor, à cela. Apática, não participava das reuniões do coletivo nem das aulas. Era como se estivesse se autoapagando. (Kucinski, 2014, p.45).

O comportamento de Imaculata manteve-se inalterado durante todo o período em que esteve encarcerada. Após ser libertada, a narrativa indica uma leve melhora em seu estado ao retornar à casa dos pais, sugerindo que o ambiente familiar lhe ofereceu algum alívio temporário. No entanto, essa estabilidade foi breve. Com o passar do tempo, Imaculata acabou sendo internada em um hospital psiquiátrico, onde sofreu abusos sexuais por parte de dois pacientes. Esse episódio violento e desumanizador marca o colapso definitivo de sua subjetividade. A personagem, já fragilizada pelos traumas da prisão e pela dificuldade de reintegração social, é então submetida a uma nova forma de violência institucional, que culmina no seu apagamento completo — como se o último vestígio de resistência ou identidade tivesse sido extinto, conforme se evidencia na sequência do texto:

Mas aconteceu que a Imaculata foi violentada repetidas vezes por dois pacientes. Eles se revezavam. Um a agarrava e tapava sua boca, o outro a estuprava. Isso durou meses. Ela não conseguia dizer nada, ficava em estado catatônico. Até que engravidou. Só então descobriram o que estava acontecendo. Quando a criança nasceu, um menino, ela sofreu um novo transtorno de personalidade, uma ruptura mental (Kucinski, 2014 p. 48).

Apesar de não estar explícito no texto, é possível entender que Imaculata foi violentada após ser presa durante a ditadura militar brasileira. Nádia Gotlib, ao discutir a unidade de efeito proposta por Edgar Allan Poe, ressalta que “o conto deve provocar no leitor uma única impressão, intensa e duradoura” (2002, p. 18). No conto de Kucinski, essa impressão é de angústia e impotência diante da violência do Estado e do colapso humano que ela provoca. Desde o início, quando Rui tenta contatar Maria Imaculata, o texto mantém o foco nos impactos do trauma, culminando na revelação dos abusos sofridos por ela. O advogado, ao descrever o que ocorreu com Imaculata, expõe em tom seco: “Nas duas primeiras semanas, Maria Imaculata foi muito torturada. [...] A expectativa de ser torturada de novo fez mais estragos nela do que a tortura física.” (Kucinski, 2014, p.47). O relato é essencial para consolidar a unidade de efeito, que

permeia toda a narrativa. Não há dispersão em subtramas, e cada elemento do texto contribui para reforçar o tom trágico e a reflexão sobre a condição humana.

Gotlib também destaca a importância da tensão narrativa como elemento estruturante de um conto. Segundo ela, "o conto deve sustentar o leitor em suspense, mantendo o interesse através de uma sequência de ações interligadas" (2002, p. 26). Em "Sobre a Natureza do Homem", a tensão é construída de maneira gradual, começando com a tentativa de Rui de ajudar Imaculata e se intensificando à medida que os detalhes de suas tragédias pessoais são revelados. A tensão culmina quando Rui descobre que, mesmo após a anistia, a violência contra Imaculata continuou tornando impossível sua recuperação: "Ela passava todo o tempo dentro do quarto, em desalinho. Tiveram que alimentá-la à força." (Kucinski, 2014, p.47), representando o encadeamento progressivo de eventos, que expõe as camadas de violência e trauma, exemplifica a ideia de "intensidade crescente", tão cara à análise de Gotlib.

Diante da narrativa é possível o leitor imaginar as diversas violências e torturas que pode ter acontecido a personagem, pensando neste primeiro momento do conto pode-se dizer que Imaculata sofreu violência do Estado, na qual Xavier Crettiez elucida ao trabalhar violências políticas e sociais, ao explicar que a violência praticada pelo Estado pode ser considerada como legítima, em um poder democrático, ou ilegítima em um poder que exerce um poder totalitário, como ele explica no seguinte trecho:

A violência ilegítima estatal é então planejada, sempre mascarada e expressamente organizada pelas autoridades. Trata-se, por exemplo, do terrorismo de Estado ou do uso da tortura, que desrespeitam as regras elementares dos direitos individuais. (Crittiez, 2011, p. 64).

Porém, sofrer violência por parte do Estado não foi o único sofrimento e tortura que Imaculata vivenciou, ao ter sua dor negligenciada, quando não recebeu os devidos cuidados por parte do hospital, sem ninguém perceber a personagem foi violentada novamente, por diversas vezes. Com isso, é possível ter a certeza de que os responsáveis em praticar estrupro, estão a violentando fisicamente e apagando sua identidade ou quem ela era, o que não acontece apenas na segunda parte do conto. Ao decorrer da narrativa percebe-se também que Imaculata foi se desfazendo a partir do momento que foi presa, antes ela era "Maria Imaculata, delicada, miudinha, cabelos louros encaracolados, óculos de aros finos, fala suave, sempre alegre e disponível para meia hora de conversa" (Kucinski, p. 26, 2014) e após sofrer violência, ser presa e ao ser violentada novamente, tornou-se quase sem vida, apática e possivelmente sem sua identidade. O que construía

a identidade de Imaculata foi apagado, e conforme Crittiez reflete a vítima que sofre de violência física: “Ao contrário, a violência também pode servir para negar às vítimas que elas reivindicam ou merecem.” (Crittiez, 2011, p.17). O autor reforça a reflexão ao destacar como a violência nega às vítimas sua dignidade, sua humanidade e até mesmo sua reivindicação por justiça. No caso de Imaculata, a brutalidade sofrida não apenas marcou seu corpo, mas também destruiu a imagem que ela tinha de si mesma e a percepção que os outros poderiam ter dela. Assim a violência sofrida por Imaculata não se limita à esfera física, transcendendo-a, apagando sua identidade e sua história. O processo de desumanização revela a crueldade dos agressores, mas também a conivência de uma sociedade que silencia diante do sofrimento alheio, perpetuando ciclos de violência e apagamento.

O segundo conto escolhido para esta análise, "Você Vai Voltar Pra Mim", também de Bernardo Kucinski, é uma narrativa curta. Com sua estrutura compacta e temática perturbadora, ele dialoga diretamente com as reflexões de Ricardo Piglia sobre o conto, especialmente as ideias apresentadas em suas *Teses sobre o Conto* (2004) em que discute que o conto moderno se constrói a partir de uma dupla narrativa, sendo marcado por uma tensão que transcende o enredo aparente. Piglia (2004) afirma que todo conto moderno conta duas histórias: uma explícita e outra oculta. Segundo ele, “o conto é um relato que encerra um relato secreto. Não se trata de um sentido oculto que dependa de interpretação: o enigma não é outra coisa senão uma história contada de um modo enigmático.” (Piglia, 2004, p. 91). No conto de Kucinski, a história visível é o trajeto da protagonista ao tribunal militar e sua tentativa de escapar do ciclo de tortura. A história oculta, porém, reside na denúncia da máquina repressiva da ditadura e na perpetuação da violência, mesmo em situações de aparente "justiça".

O enredo da narrativa apresenta uma prisioneira política sendo levada para sua primeira audiência na Justiça Militar. A audiência, aparentemente, oferece um vislumbre de esperança: ela obtém um alvará de transferência para um presídio feminino, longe do DOPS. No entanto, ao ser reconduzida no camburão, ela descobre, horrorizada, que está retornando ao mesmo local onde foi torturada. A frase que dá título ao conto, pronunciada por seu torturador é repetida ao final: "Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem, benzinho, vamos brincar um pouco" (Kucinski, 2014, p. 71), como a marca cruel de um ciclo inescapável de violência e poder.

Nádia Gotlib, em *Teoria do Conto* (2002), discute como o conto deve captar um "momento especial", transformando um fragmento da vida em uma narrativa intensa e autossuficiente. Para Gotlib, "o conto, enquanto vida, acaba encantando" (2002, p.7). Essa capacidade de condensação é evidente na narrativa de Kucinski, que concentra, em poucas páginas, um panorama brutal da repressão e da desumanização. O momento de maior impacto – o retorno ao DOPS – exemplifica a "unidade de efeito" que Gotlib e Poe consideram essencial para o conto. Toda a narrativa converge para este instante, onde a brutalidade do sistema é explicitada, deixando o leitor sem fôlego.

Jaime Ginzburg, em *Literatura, Violência e Melancolia* (2017), observa que:

Os estudos da violência, às vezes, deixam de lado o problema da empatia. Isso quer dizer que temos histórias de conflitos de guerra, movimentos militares, estatísticas, gráficos, informações alarmantes, mas não sabemos muito do impacto que a violência causa nas vítimas. Como explicam Veena Das et al. (2000), não é comum que quem foi agredido queira comentar o que vivenciou.

Quando desfazemos a imagem de comprometimento com a tendência dominante de suposta objetividade científica, para permitir a entrada de empatia, podemos examinar um lado pouco conhecido da violência, mas fundamental na perspectiva da ética: seu impacto nos modos de constituição do sujeito. (Ginzburg, 2017, p. 25)

O crítico destaca um aspecto crucial nos estudos sobre violência: a lacuna existente na compreensão empática de suas consequências. A análise científica frequentemente prioriza dados objetivos – números, estatísticas, mapas de conflitos – em detrimento da subjetividade e do impacto humano profundo que a violência gera. Essa abordagem, embora útil para criar um panorama amplo e sistemático, muitas vezes negligencia o que Jaime Ginzburg (2017) e outros teóricos chamam de "constituição do sujeito": a forma como a violência transforma as identidades, memórias e sensibilidades das vítimas.

Essa crítica dialoga com uma necessidade ética nos estudos da violência: incluir a perspectiva das vítimas, mesmo diante das dificuldades que elas enfrentam ao narrar seus traumas. Os sobreviventes frequentemente evitam revisitar experiências traumáticas porque essas memórias podem ser insuportáveis ou porque faltam contextos seguros para que elas sejam expressas. Quando Ginzburg (2017, p.25) sugere desfazer “a imagem de comprometimento com a tendência dominante de suposta objetividade científica”, ele não está negando a importância da análise racional, mas propondo uma integração: a entrada da empatia como ferramenta de compreensão. A empatia permite acessar dimensões invisíveis da violência, como os sentimentos de desamparo, vergonha

e ruptura que moldam profundamente as vidas das vítimas. Trata-se de equilibrar o rigor científico com uma abordagem ética que valorize as vozes silenciadas e os significados subjetivos da dor.

Essa ideia é particularmente relevante na literatura que retrata a violência. Narrativas como "Você Vai Voltar Pra Mim", de Bernardo Kucinski, exploram não apenas os eventos objetivos da tortura, mas as experiências interiores das vítimas, expondo a destruição emocional e psicológica causada pela opressão. Essas narrativas desafiam o leitor a sentir, a imaginar o sofrimento do outro, transcendendo a simples descrição de fatos para revelar a dimensão ética e humanizadora da violência.

Foi então que ela perdeu o controle e gritou: – Assinei sob tortura! Esse delegado filho da puta me pendurou sete vezes.

[...]

Não conseguiu parar de falar. Mostrou os hematomas nos braços e nos tornozelos, falou das palmadas, dos choques nos seios e na vagina, da ameaça de estupro, da simulação de fuzilamento, dos afogamentos, dos onze dias na solitária.

Por fim, falou da advertência do torturador. Disse que para lá não voltava, preferia morrer. Se a levarem de volta se mata, se atira pela primeira janela; se não tiver janela, se mata batendo a cabeça na parede; se não tiver parede, corta os pulsos; se não tiver com que cortar; morde com os dentes; se não der certo, faz greve de fome até morrer. (Kucinski, 2014, p. 70).

No trecho, a protagonista, diante do tribunal, transforma sua experiência de tortura em um relato direto e explosivo. Seu grito – "Assinei sob tortura!" – rompe o silêncio e o controle que o sistema tenta impor, explicitando as marcas físicas e psicológicas do abuso. O detalhamento gráfico dos métodos de tortura – "hematomas nos braços e nos tornozelos", "choques nos seios e na vagina", "afogamentos", "simulação de fuzilamento" – força o leitor a confrontar a brutalidade da violência de Estado, expondo o horror de práticas que procuram não apenas punir, mas desumanizar e aniquilar o indivíduo. Jaime Ginzburg (2017) sugere que o impacto da violência não se limita à destruição física; ela transforma o sujeito em sua essência, fragilizando sua subjetividade e corroendo sua capacidade de existir como um indivíduo pleno. Isso é claramente manifesto pela protagonista, que declara que "preferia morrer" a retornar à tortura. Sua fala – "se a levarem de volta se mata, se atira pela primeira janela" – aponta para o nível extremo de desespero e a ruptura de qualquer conexão com uma ideia de futuro. Como Ginzburg (2017) aponta, a violência "fragiliza o eu" ao ponto de torná-lo incapaz de reconciliar-se com o mundo.

Na perspectiva de Ginzburg (2017), a literatura, ao narrar experiências como essa, assume um papel ético fundamental: ela permite que o leitor acesse, de forma mediada, as dimensões subjetivas da violência, aquelas que as estatísticas ou relatos objetivos frequentemente não alcançam. Em "Você Vai Voltar Pra Mim", Kucinski realiza isso ao transformar o testemunho da vítima em um momento central da narrativa, criando uma tensão entre o horror da violência e a necessidade de denunciar e lembrar.

3 Naturalização da violência e as violências contra as mulheres na ditadura militar brasileira

No texto *A dominação masculina* (2012), Pierre Bourdieu nos conduz a um olhar crítico e profundamente reflexivo acerca das dinâmicas sociais que sustentam o patriarcado. Por meio de sua pesquisa etnográfica conduzida entre os Cabilas, na Argélia, nas décadas de 1950 e 1960, o autor desnuda a lógica subjacente de uma sociedade estruturada em torno de uma divisão binária rígida entre masculino e feminino. Tal divisão, segundo Bourdieu (2012), não é meramente um reflexo natural da condição humana, mas uma construção social que se perpetua sob o véu da naturalização.

Para Bourdieu (2012), o poder do patriarcado está intrinsecamente ligado à sua capacidade de se ocultar sob a aparência de uma ordem natural. A naturalização faz com que a divisão de papéis e funções entre homens e mulheres pareça inevitável, reforçando estruturas de desigualdade que moldam tanto as práticas cotidianas quanto os esquemas mentais dos indivíduos. A dominação masculina, assim, opera como uma violência simbólica – uma forma de coerção que não é percebida como tal pelas pessoas que a vivenciam. O autor argumenta que os homens, ao ocuparem posições de privilégio, naturalizam seu domínio sobre as mulheres, enquanto estas, por sua vez, internalizam sua posição subordinada como parte de sua identidade. Esse processo é sustentado por práticas culturais, linguísticas e simbólicas que reforçam os estereótipos de gênero, conferindo aos homens um lugar de autoridade e às mulheres o de submissão.

O impacto dessa estrutura binária ultrapassa o âmbito das relações pessoais, infiltrando-se nas instituições, nas normas sociais e nos discursos legitimados. Trata-se de uma lógica que organiza não apenas os vínculos afetivos e familiares, mas também o funcionamento das esferas públicas, como o trabalho, a política, a educação e o direito.

Nas instituições, essa assimetria de poder se manifesta, por exemplo, na sub-representação feminina em cargos de liderança, na desigualdade salarial e na desvalorização de saberes e práticas associados ao feminino. Já nas normas sociais, ela se traduz em expectativas rígidas sobre comportamentos considerados "adequados" para homens e mulheres, regulando desejos, expressões corporais e escolhas de vida. Por fim, os discursos legitimados — como os da ciência, da religião, da mídia e da própria linguagem — reforçam essas hierarquias simbólicas, produzindo sentidos que naturalizam a dominação masculina como se fosse parte da ordem do mundo. Assim, a estrutura binária não é apenas uma construção relacional entre indivíduos, mas um sistema de organização social que molda subjetividades, regula acessos e limita possibilidades de existência.. A mulher é frequentemente associada ao espaço privado, à fragilidade e à emoção, enquanto o homem é identificado com a esfera pública, a força e a racionalidade. Esse esquema dicotômico, no entanto, não reflete uma essência inata dos gêneros, mas sim uma construção histórica e cultural que perpetua desigualdades e limita possibilidades. A análise de Bourdieu nos leva a compreender que a desconstrução da dominação masculina exige mais do que mudanças pontuais ou individuais. É necessário questionar as estruturas simbólicas que sustentam essa dominação e os processos que tornam as desigualdades socialmente aceitáveis. Isso envolve tanto uma reflexão crítica sobre as práticas cotidianas quanto a transformação das instituições que reproduzem essas hierarquias.

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p.17).

A reflexão evidencia que a ordem masculina organiza a sociedade, se perpetua pela internalização coletiva de suas normas, apresentadas como universais e imutáveis. A relação entre o masculino e o feminino é desenhada de maneira que atribui valor superior às funções e comportamentos associados ao homem, enquanto relega às mulheres papéis subordinados e espaços limitados dentro das práticas culturais.

Ao trazer a reflexão da naturalização da dominação masculina, Bourdieu (2012) chega à violência simbólica, sendo a violência que está interiorizada na sociedade, podendo ser percebida ou não por quem pratica a violência e até imperceptível para

quem é violentado. Tais pensamentos, primeiro momento, se faz refletir a respeito do primeiro conto aqui analisado. Intitulado como “Sobre a natureza do homem”, dá-se uma ideia de que práticas ali realizadas pelos torturadores é natural para eles e torna-se a natureza do homem violentar e torturar.

Esse sistema de dominação se consolida, por exemplo, no momento em que Imaculata é estuprada repetidamente dentro do hospital psiquiátrico, sem que ninguém perceba — ou sequer suspeite — da violência que ocorria em um espaço que, teoricamente, deveria oferecer cuidado e proteção. O conto não apresenta qualquer julgamento moral ou responsabilização dos dois homens que a violentam; a narrativa expõe os fatos de maneira direta, quase seca, com certa aspereza que reforça o impacto da cena. Essa escolha estilística evidencia a naturalização histórica da cultura do estupro, que durante décadas — e ainda hoje — sustenta a ideia de que a violência sexual é parte do comportamento masculino, algo "natural", intrínseco ao desejo do homem e, portanto, tolerado ou silenciado. A ausência de reação institucional ou social dentro do conto reflete essa cumplicidade estrutural, em que o corpo feminino é constantemente violado e silenciado, tanto pela violência física quanto pela indiferença coletiva.

[...] a Imaculata foi violentada repetidas vezes por dois pacientes. Eles se revezavam. Um a agarrava e tapava sua boca, o outro a estuprava. Isso durou meses. Ela não conseguia dizer nada, ficava em estado catatônico. Até que engravidou. Só então descobriram o que estava acontecendo. (Kucinski, 2014, p. 48).

Esse trecho exemplifica como a violência contra Imaculata foi praticada, mas também ignorada e invisibilizada por aqueles que deveriam garantir sua segurança e bem-estar. O relato é narrado de forma crua e direta, sem julgamento moral explícito, refletindo a naturalização de práticas violentas que, ao longo do tempo, foram incorporadas à cultura como manifestações inevitáveis da "natureza do homem". Essa narrativa, combinada com o silêncio e a passividade institucional, reforça o argumento de Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica, onde as hierarquias e a dominação são legitimadas e perpetuadas sem contestação evidente.

Já no segundo conto "Você vai voltar pra mim", a narrativa ressalta de forma impactante a dinâmica de dominação e poder entre torturador e torturada. A personagem, já debilitada física e emocionalmente, é submetida a constantes ameaças que deixam evidente a impunidade que protege o opressor e sua autoridade respaldada

por um sistema de opressão estruturado. O trecho que ilustra a naturalização da violência e a ausência de punições para o torturador ocorre quando, ao final do julgamento, a protagonista acredita estar livre de sua tortura, mas é levada de volta ao mesmo ambiente opressor. O torturador a recebe com palavras que encapsulam o poder arbitrário que ele detém: "Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem, benzinho, vamos brincar um pouco." (Kucinski, 2014, p. 71).

Essa frase é carregada de sarcasmo e desprezo pela humanidade da personagem, reafirmando a ideia de que ele pode violentá-la, física e sexualmente, a qualquer momento, sem necessidade de justificativas ou temer represálias. A atitude do torturador demonstra como a violência contra a mulher é não apenas tolerada, mas legitimada por um sistema patriarcal e autoritário que concede ao homem – neste caso, um agente do Estado – o poder absoluto sobre seus corpos e vidas. Outro momento significativo que aprofunda essa análise ocorre quando a personagem, no tribunal, relata os horrores que sofreu: "Mostrou os hematomas nos braços e nos tornozelos, falou das palmadas, dos choques nos seios e na vagina, da ameaça de estupro, da simulação de fuzilamento, dos afogamentos, dos onze dias na solitária." (Kucinski, 2014, p. 70). O trecho evidencia a brutalidade do sistema de tortura que, ao atacar os corpos femininos, utiliza a violência sexual como uma ferramenta adicional de dominação. A ameaça de estupro não é apenas física, mas simbólica, um lembrete constante da posição de vulnerabilidade da mulher em um mundo onde o poder masculino se exerce de forma incontrastável. Por fim, ao retornar ao ambiente de tortura após a audiência, a narrativa reforça o sentimento de impotência e desesperança. A tentativa da personagem de escapar da violência se depara com o riso dos opressores, uma reação que ilustra o quanto a brutalidade é trivializada e integrada à rotina daqueles que a praticam. Esse ciclo de opressão, respaldado por um sistema que protege e legitima os agressores, é uma denúncia contundente da naturalização da violência e da impunidade que ela gera.

A literatura, ao transitar entre o factual e o ficcional, permite a elaboração simbólica de traumas coletivos e individuais, especialmente em contextos de violência política e repressão. Embora não se prenda aos rigores da objetividade jornalística ou documental, o texto literário é capaz de captar e traduzir experiências históricas com profundidade afetiva e subjetiva, iluminando aspectos silenciados ou negligenciados pelos registros oficiais. Ao narrar personagens fictícias que sofrem tortura, abuso e apagamento, a ficção opera como uma forma de denúncia e memória, espelhando

situações reais vividas por milhares de pessoas durante a ditadura. Nesse sentido, o relato literário não se opõe ao testemunho factual, mas o amplia, dando voz às zonas de sombra da história. Essa interlocução entre realidade e imaginação torna-se especialmente relevante quando se trata da violência de gênero no período ditatorial, como demonstram também os testemunhos de mulheres que viveram diretamente tais violências, entre elas a jornalista Maria Amélia Teles.

A jornalista Maria Amélia Teles, também presa e torturada durante a ditadura militar brasileira, aborda em seus textos reflexões a respeito das mulheres durante o período ditatorial e em seu texto “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura” e logo no início ela reflete a respeito de um fato que foi abordado no Relatório da Comissão da Verdade: “Nesse relatório, também foi publicada uma lista de 377 torturadores, na qual não consta o nome de nenhuma mulher; todavia, isso não significa que não houve a participação de mulheres na tortura.” (TELES, 2015)

Portanto, nas práticas de tortura e nas violências sexuais cometidas durante a ditadura, os autores dessas ações eram, em sua maioria, homens. Em seu texto, Maria Amélia Teles relata como era a vida das mulheres sob o regime autoritário, especialmente no contexto do cárcere político. Ela descreve as estratégias que as presas desenvolviam para tentar sobreviver e evitar os estupros recorrentes, revelando a constante ameaça de violência a que estavam submetidas. Essa realidade é evidenciada no trecho a seguir:

As torturas praticadas nas mulheres, assim como nos homens, faziam parte da estratégia política de Estado. Ainda sob a ditadura militar, homens e mulheres denunciaram perante a Justiça Militar as torturas sofridas, mesmo que isso representasse um sério risco que elas voltassem a acontecer. [...] No DOI-Codi/SP, em janeiro de 1973, havia uma conversa entre as mulheres ali encarceradas de que os torturadores não gostavam de estuprar mulheres menstruadas. Então, guardávamos um absorvente usado e que estava sujo de sangue e o colocávamos rapidamente dentro da calcinha quando éramos levadas para os interrogatórios, que na realidade eram sessões de tortura. (Teles, 2015, p.8).

Contudo, ao refletir sobre as considerações de Pierre Bourdieu (2012) juntamente com os relatos apresentados por Maria Amélia Teles (2015), é possível visualizar de forma mais clara as narrativas que estão sendo representadas nos contos de Kucinski. Ao trazer memórias doloridas e até intragáveis de um passado não muito distante, a partir da literatura de Kucinski o leitor enxergar traços e memórias da realidade, a violência do homem contra a mulher sendo naturalizada e o Estado (como

governo, mas também formado por sua maioria por homens) impondo seu poder de forma abusiva e traumática.

4 Conclusão

A análise dos contos "*Sobre a Natureza do Homem*" e "*Você Vai Voltar pra Mim*", de Bernardo Kucinski, permite refletir sobre as múltiplas formas de violência praticadas contra mulheres no contexto da ditadura militar brasileira. Por meio de narrativas ficcionais, o autor não apenas denuncia os horrores do regime autoritário, mas também revela como as opressões de gênero se entrelaçam com a violência de Estado, perpetuando um ciclo de trauma, apagamento e naturalização da violência. Ambas as histórias oferecem uma visão íntima e angustiante sobre a devastação física e psicológica causada pela repressão, destacando o impacto profundo dessas experiências nas vidas das personagens femininas.

Em "*Sobre a Natureza do Homem*", Kucinski aborda o apagamento da identidade de Maria Imaculata como resultado da violência contínua que sofreu, desde a prisão e tortura até os abusos ocorridos em um hospital psiquiátrico. A narrativa expõe como a violência sexual, legitimada por um sistema patriarcal e negligenciada pelas instituições, destrói a dignidade e o senso de individualidade da vítima. A trajetória de Imaculata é uma representação pungente da desumanização promovida tanto pelo regime ditatorial quanto por uma sociedade que silencia diante da dor alheia.

Já em "*Você Vai Voltar pra Mim*", a dinâmica de dominação e poder entre torturador e torturada evidencia a impunidade que protege os opressores e legitima seus atos. A frase "Eu disse que você ia voltar pra mim", repetida pelo torturador, encapsula a perpetuação do ciclo de violência e a impotência da vítima diante de um sistema que institucionaliza o abuso. O conto reflete sobre o terror psicológico e a ameaça constante que moldam a experiência da personagem, destacando como a violência simbólica e física se complementam na manutenção da dominação masculina e do controle estatal.

A leitura dessas narrativas dialoga diretamente com os conceitos apresentados por Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina* (2012). O autor expõe como o patriarcado opera por meio de uma violência simbólica que naturaliza a desigualdade e internaliza a submissão feminina. Nos contos de Kucinski, a dominação masculina é representada em sua forma mais brutal, evidenciando as consequências devastadoras de

uma sociedade que estrutura suas relações de poder com base na opressão de gênero e na violência institucional.

Ao mesmo tempo, as obras de Kucinski também se alinham às reflexões de estudiosos como Maria Amélia Teles e Jaime Ginzburg, que destacam a necessidade de empatia e de uma abordagem ética ao tratar dos impactos da violência. Os contos de Kucinski cumprem um papel crucial ao dar voz às vítimas e ao transformar suas experiências em memória literária, convidando o leitor a refletir sobre os efeitos duradouros da opressão e a importância de combater a naturalização da violência.

Os contos analisados transcendem o contexto histórico específico da ditadura militar brasileira, abordando questões universais sobre violência, poder e resistência. Ao resgatar narrativas silenciadas e trazer à tona as experiências das mulheres sob repressão, Kucinski constrói uma literatura profundamente ética e transformadora. Suas histórias nos desafiam a lembrar e a confrontar os horrores do passado, enquanto nos convocam a lutar por justiça e equidade em nosso presente.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CRETTIEZ, Xavier. *As formas de violência*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.
- GINZBURG. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, 2 (2012), pp. 199-221. issn: 2240-5437.
- GOTLIB, Nádia Battella. *Teoria do conto*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In.: *Formas Breves*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- TELES, Maria Amélia. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Revista Direito GV*, São Paulo 11(2), p. 505-522, julho-dezembro, 2015.
- TELES, Maria Amélia. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro, 2015.

Recebido em:22/01/2025

Aceito em; 30/05/2025